

Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidado

Renosa Participações S.A.

31 de dezembro de 2014 e 2013
com Relatório dos Auditores Independentes

Renosa Participações S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



Building a better
working world

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55 - 5º andar - sala 508
Bairro Edson Queiroz, Fortaleza - Ceará,
60811-341, Brasil

Tel: (5585) 3392-5600
Fax: (5585) 3392-5659
ey.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Renosa Participações S.A.
Cuiabá - MT

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Renosa Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Building a better
working world

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Renosa Participações S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Cuiabá (MT), 27 de março de 2015.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6-S-MT

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC-PE020728/O-7-S-MT

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.135	958	160.419	78.493
Contas a receber	7	-	-	318.477	224.572
Partes relacionadas	8	-	-	33.542	44.004
Estoques	9	-	-	311.265	261.329
Tributos a recuperar	10	216	119	273.473	270.120
Instrumento financeiro derivativo	19	-	-	63.780	340
Dividendos a receber	13	50.537	22.024	-	-
Despesas antecipadas	12	-	-	17.583	21.158
Outros ativos		-	-	40.041	56.511
		51.888	23.101	1.218.580	956.527
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras		-	-	45.085	37.023
Conta vinculada	6	3.354	3.360	108.422	118.065
Partes relacionadas	8	-	-	2.253	287
Tributos a recuperar	10	8	22	123.569	109.083
Tributos diferidos	11	-	-	95.526	97.153
Instrumento financeiro derivativo	19	-	-	4.672	511
Depósitos judiciais	22	-	-	166.779	167.691
Despesas antecipadas	12	-	-	4.797	5.538
Investimentos	13	2.438.844	2.331.144	63.834	49.256
Imobilizado	14	-	-	1.521.620	1.379.271
Intangível	15	-	-	3.556.549	3.567.582
		2.442.206	2.334.526	5.693.106	5.531.460
Total do ativo		2.494.094	2.357.627	6.911.686	6.487.987

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		4.815	2.815	277.188	279.151
Empréstimos e financiamentos	17	2.042	-	236.985	249.829
Instrumentos financeiros derivativos	19	-	-	24.059	8.434
Subvenções governamentais	20	-	-	22.703	18.975
Obrigações trabalhistas e sociais		-	-	114.360	93.142
Obrigações com arrendamento mercantil	14	-	-	21.113	15.901
Obrigações tributárias	10	336	186	75.306	66.700
Tributos parcelados	21	-	-	106	2.055
Debêntures	18	-	-	87.871	68.207
Dividendos a pagar	23	48.948	38.766	88.655	56.071
Partes relacionadas	8	-	465	16.293	3.687
Outras contas a pagar		-	-	38.331	46.411
Total do passivo circulante		56.141	42.232	1.002.970	908.563
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	612.634	362.159
Instrumentos financeiros derivativos	19	-	-	59.888	3.795
Subvenções governamentais	20	-	-	37.861	38.524
Obrigações com arrendamento mercantil	14	-	-	30.896	45.780
Tributos parcelados	21	-	-	2.153	17.794
Obrigações com antigos acionistas	6	3.354	3.360	108.422	118.065
Debêntures	18	-	-	376.636	467.102
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	-	-	179.426	211.363
Outras contas a pagar		-	-	1.795	23.023
Total do passivo não circulante		3.354	3.360	1.409.711	1.287.605
Patrimônio líquido					
	23				
Capital social		533.671	533.671	533.671	533.671
Reserva de capital		250.461	250.461	250.461	250.461
Reserva de lucros		1.650.467	1.527.903	1.650.467	1.527.903
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia		2.434.599	2.312.035	2.434.599	2.312.035
Participação dos acionistas não controladores		-	-	2.064.406	1.979.784
Total do patrimônio líquido		2.434.599	2.312.035	4.499.005	4.291.819
Total do passivo e patrimônio líquido		2.494.094	2.357.627	6.911.686	6.487.987

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Receita líquida	24	-	-	4.096.262	2.579.868
Custo dos produtos vendidos		-	-	(2.601.049)	(1.586.930)
Lucro bruto		-	-	1.495.213	992.938
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	25	-	-	(588.342)	(310.143)
Gerais e administrativas	26	(7.183)	(3.895)	(283.926)	(329.021)
Resultado de equivalência patrimonial	13	212.931	166.862	2.034	1.945
Mais-valia de investimentos	13	-	707.434	-	707.434
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		-	(2)	(22.465)	2.306
Lucro operacional		205.748	870.399	602.514	1.065.459
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	27	489	327	194.158	32.421
Despesas financeiras	27	(142)	(68)	(345.469)	(127.428)
Variações monetárias e cambiais	27	-	-	(56.330)	(3.601)
		347	259	(207.641)	(98.608)
Lucro antes do imposto do imposto de renda e contribuição social		206.095	870.658	394.873	966.851
Impostos correntes	11	-	-	(20.106)	(27.429)
Impostos diferidos	11	-	-	(1.627)	4.099
		-	-	(21.733)	(23.330)
Lucro líquido do exercício		206.095	870.658	373.140	943.521
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	167.045	72.863
Lucro do exercício atribuído aos acionistas da controladora		206.095	870.658	206.095	870.658
Quantidade de ações no final do exercício - em milhares		396.242	396.242	-	-
Lucro líquido por lote de mil ações - em reais		0,52	2,20	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Lucro líquido do exercício	206.095	870.658	373.140	943.521
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	206.095	870.658	373.140	943.521

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
			Legal	Reserva para investimentos	Reserva de lucros a realizar				
Em 31 de dezembro de 2012	213.998	219.013	22.354	333.083	-	-	788.448	-	788.448
Aumento de capital	319.673	31.448	-	-	-	-	351.121	682.114	1.033.235
Dividendos pagos (Nota 23)	-	-	-	(217.125)	-	-	(217.125)	-	(217.125)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	870.658	870.658	72.863	943.521
Ganho/perda com participação de não controladores (Nota 13):	-	-	-	-	-	557.699	557.699	1.242.112	1.799.811
Destinação do lucro (Nota 23):									
Dividendos propostos	-	-	-	-	168.015	(206.781)	(38.766)	(17.305)	(56.071)
Constituição de reservas	-	-	43.533	1.178.043	-	(1.221.576)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2013	533.671	250.461	65.887	1.294.001	168.015	-	2.312.035	1.979.784	4.291.819
Dividendos pagos (Nota 23)	-	-	-	-	(34.583)	-	(34.583)	(42.716)	(77.299)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	206.095	206.095	167.045	373.140
Destinação do lucro (Nota 23):									
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(48.948)	(48.948)	(39.707)	(88.655)
Constituição de reservas	-	-	10.305	146.842	-	(157.147)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2014	533.671	250.461	76.192	1.440.843	133.432	-	2.434.599	2.064.406	4.499.005

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	206.095	870.658	373.140	943.521
Ajustes para reconciliar o lucro líquido				
Depreciação e amortização	-	-	185.402	125.228
Baixa de ativo imobilizado e intangível	-	-	15.835	6.850
Resultado da equivalência patrimonial	(212.931)	(166.862)	(2.034)	(1.945)
Juros e variações monetárias	(447)	(325)	61.994	(27.067)
Provisão para contingências	-	-	5.430	(2.243)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	177	8.719
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(6.614)	(4.099)
Mais-valia de investimentos	-	(707.434)	-	(707.434)
Provisão para perda de intangível	-	-	16.570	-
Provisão perdas de estoques	-	-	3.159	2.398
Ajuste a valor presente	-	-	1.550	(756)
	(7.283)	(3.963)	654.609	343.172
(Acréscimos) decréscimos de ativos e passivos				
Contas a receber	-	-	(93.905)	(8.115)
Partes relacionadas	(465)	(7.535)	21.101	(34.389)
Estoques	-	-	(53.094)	(46.356)
Depósitos judiciais	-	-	(28.707)	(44.889)
Outros ativos	(83)	(54)	17.141	5.426
Fornecedores	2.000	2.618	(1.964)	34.817
Obrigações tributárias, sociais e trabalhistas	150	161	17.368	(15.361)
Outros passivos	489	962	(9.302)	(2.077)
Instrumentos derivativos	-	-	4.117	10.413
Caixa líquido (usado nas) gerado pelas atividades operacionais	(5.192)	(7.811)	527.364	242.641
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisições de imobilizado e intangível	-	-	(348.862)	(239.506)
Dividendos recebidos	76.718	193.615	-	-
Investimentos em outras empresas	-	-	(12.544)	(1.551)
Títulos e valores mobiliários	-	-	(3.435)	(17.397)
Aquisição de controlada, caixa adquirido por constituição da Solar.BR	-	-	-	75.695
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de investimento	76.718	193.615	(364.841)	(182.759)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Amortização de empréstimos e debêntures	-	-	(408.596)	(168.537)
Captação de empréstimos e debêntures	2.000	-	515.711	331.106
Tributos parcelados	-	-	2.324	-
Amortização de tributos parcelados	-	-	(4.519)	-
Pagamento REFIS	-	-	(24.276)	-
Dividendos pagos	(73.349)	(185.467)	(133.629)	(386.248)
Obrigações com arrendamento mercantil	-	-	(27.612)	(525)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(71.349)	(185.467)	(80.597)	(224.204)
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes a caixa	177	337	81.926	(164.322)
Demonstração do acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes a caixa				
No início do período	958	621	78.493	242.815
No final do período	1.135	958	3.773.160.419	78.493
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes a caixa	177	337	81.926	(164.322)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais sobre a Companhia e controladas

A Renosa Participações S.A. (“Companhia” e “Controladora”) foi constituída em 11 de agosto de 2009, tendo como atividade preponderante a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista.

Até 30 de junho de 2013, a Renosa Participações S.A. era controladora da Companhia Maranhense de Refrigerantes, Tocantins Refrigerantes Ltda. e Crystal Águas do Nordeste Ltda. e possuía participação minoritária indireta de 34% na Refrescos Guararapes Ltda. Em 03 de julho de 2013, a Companhia efetuou aquisição de 56% do controle da Nordeste Refrigerantes S.A. e da Refrescos Guararapes Ltda., incluindo Sucovalle - Sucos e Concentrados do Valle Ltda. conforme descrito na Nota 4. Esse controle foi adquirido via constituição da holding Solar.BR Participações S.A.

A Solar.BR Participações S.A. trata-se de uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 25 de março de 2013, tendo sede em Fortaleza, controladora desde 03 de julho de 2013 da Companhia Maranhense de Refrigerantes, Tocantins Refrigerantes Ltda, CAF - Crystal Águas do Nordeste Ltda., Nordeste Refrigerantes S/A, Norsa Refrigerantes Ltda. Refrescos Guararapes Ltda., Sucovalle - Sucos e Concentrados do Valle Ltda. e Poty Refrigerantes Ltda. A empresa é responsável pela manufatura e distribuição dos produtos pertencentes a “The Coca-Cola Company”, bem como da revenda das bebidas produzidas pela Cervejaria Heineken e Leão Alimentos e Bebidas Ltda. A área de atuação compreende todos os estados do Nordeste, além do Mato Grosso, e parte de Tocantins e Goiás.

A mencionada controlada tem como objetivo fortalecer a presença em sua área de atuação através de um plano de investimento voltado a massificar a execução de mercado, bem como incrementar a eficiência em toda sua cadeia produtiva. A Solar.Br Participações S.A. possui como acionistas a “The Coca-Cola Company” e a Renosa Participações S/A (“Renosa Par”).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 27 de março de 2015.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais sobre a Companhia e controladas--Continuação

a) Entidades controladas

A Companhia mantém investimentos através de controladas diretas e indiretas conforme segue:

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

<u>Razão social</u>	<u>País-sede</u>	<u>% de participação</u>
Controlada direta:		
Solar.BR Participações S.A.	Brasil	56,0
Controladas indiretas (através da Solar.BR):		
Nordeste Refrigerantes S.A.	Brasil	56,0
Companhia Maranhense de Refrigerantes	Brasil	56,0
Sucovalle - Sucos e Concentrados do Valle Ltda.	Brasil	56,0
Norsa Refrigerantes Ltda.	Brasil	56,0
Poty Refrigerantes Ltda.	Brasil	56,0
Refrescos Guararapes Ltda.	Brasil	56,0
Tocantins Refrigerantes Ltda.	Brasil	56,0
Crystal Águas do Nordeste Ltda.	Brasil	56,0

Nordeste Refrigerantes S.A. - sociedade anônima de capital fechado que opera em forma de holding, e conduz suas operações em conjunto com sua controlada Norsa Refrigerantes Ltda. ("Norsa") e controlada indireta Poty Refrigerantes Ltda. ("Poty"), cujo objetivo social é a industrialização e comercialização de bebidas, notadamente de refrigerantes e produtos conexos atuando nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Bahia e interior do Mato Grosso

Companhia Maranhense de Refrigerantes ("CMR") - sociedade anônima de capital fechado atuando como indústria e comércio de bebidas, notadamente refrigerantes e produtos conexos juntamente com sua controlada direta Refrescos Guararapes Ltda. ("Refrescos Guararapes"). É controladora direta da Tocantins Refrigerantes Ltda. ("Tocref") e Crystal Águas do Nordeste Ltda. ("CAF"), atuando nos Estados de Maranhão, Mato Grosso, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Sergipe, parte da Bahia, Tocantins e Goiás.

Tocantins Refrigerantes Ltda. ("Tocref") - sociedade por quotas de responsabilidade limitada, tendo objetivo principal o comércio, logística e distribuição de produtos The Coca-Cola Company e revenda de bebidas produzidas pela cervejaria Heineken, tais como águas, sucos e congêneres, atuando nos Estados do Maranhão, Mato Grosso, Alagoas, Sergipe, parte da Bahia, Tocantins e Goiás.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais sobre a Companhia e controladas--Continuação

a) Entidades controladas--Continuação

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013--Continuação

Crystal Águas Nordeste Ltda. ("CAF") - seu objeto principal é a fabricação de águas envasadas da marca Crystal Nordeste, atuando no Estado de Alagoas, Sergipe e parte da Bahia.

Sucovalle - Sucos e Concentrados do Valle Ltda. - sociedade por quotas de responsabilidade limitada, cujo objetivo social é a industrialização e comercialização de bebidas, notadamente de refrigerantes e produtos conexos, atuando no Estado de Pernambuco.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados pelos seus valores justos ao resultado financeiro do período.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas Controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

2.2. Combinação de negócio

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Combinação de negócio--Continuação

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Os investimentos da Companhia em suas controladas e coligadas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa. Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa, mas sem deter o controle. Os demais investimentos permanentes são registrados pelo custo de aquisição deduzido da provisão para desvalorização, quando aplicável.

O ágio relacionado com as controladas é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função de o ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*), integrar o valor contábil do investimento nas controladas (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio das controladas, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as controladas, quando aplicável, são eliminados de acordo com a participação mantida na controlada.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Combinação de negócio--Continuação

A participação societária nas controladas será demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em suas controladas.

2.3. Investimentos

A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas controladas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre as controladas, a Companhia avaliará e reconhecerá o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da controlada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

2.4. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- (i) Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- (ii) For mantido principalmente para negociação;
- (iii) Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- (iv) Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Classificação corrente *versus* não corrente--Continuação

Um passivo é classificado no circulante quando:

- (i) Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- (ii) For mantido principalmente para negociação;
- (iii) Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- (iv) Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos e passivos são classificados como não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.5. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Conversão de moeda estrangeira--Continuação

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

2.6. Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo e passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, onde o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos e passivos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tomam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6. Impostos--Continuação

Impostos diferidos--Continuação

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. A Companhia, fruto dos incentivos fiscais, possui uma alíquota efetiva para os impostos correntes próxima de 15,25%. Com relação às diferenças temporárias, existe a dificuldade de precisar com exatidão a data de sua realização, sendo assim, trabalha-se com uma expectativa que estas se realizem após o prazo de concessão dos benefícios e, portanto, o imposto de renda diferido sobre as mesmas é constituído utilizando-se a alíquota de 34%.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Contas a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Impactos da Medida Provisória nº 627

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6. Impostos--Continuação

Impactos da Medida Provisória nº 627--Continuação

A Companhia e suas controladas preparam um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397, convertida na Lei nº 12.973/2014 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na melhor interpretação do texto.

A Administração decidiu optar pela aplicação antecipada das disposições da Medida Provisória no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2014.

2.7. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia e suas controladas recebem benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

2.8. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data de sua contratação. Ocasão em que inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurado ao valor justo por meio do resultado; (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponível para venda.

As controladas possuem instrumentos financeiros derivativos vigentes e estão divulgados na Nota 19.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos e contas a receber de empresas ligadas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Instrumentos financeiros--Continuação

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos e financiamentos, obrigações com arrendamento mercantil, subvenções governamentais e contas a pagar a empresas associadas.

2.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia e suas controladas efetuaram o cálculo do ajuste a valor presente incidente sobre o saldo do passivo das subvenções governamentais.

2.10. Imobilizado

O ativo imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia e suas controladas reconhecem essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, estão demonstradas na Nota 14.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, do direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia e suas controladas basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a as controladas da Companhia obterão a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou o prazo do arrendamento mercantil, dos dois, o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.12. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando aplicável, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.13. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Ativos intangíveis--Continuação

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Os ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.14. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois, o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias-primas - custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas de vendas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que esteja sujeita a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.17. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Programa de participação nos resultados

A Administração da Companhia e suas controladas provisionaram a participação dos administradores e funcionários no resultado, em função de metas operacionais e financeiras.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.18. Informações por segmento

A Companhia atua no segmento de produção e comercialização de bebidas. As unidades operacionais da Companhia e suas Controladas em conjunto fazem parte de um único processo produtivo. Dessa forma, conclui-se sobre a existência de uma única unidade geradora de caixa e conseqüentemente sobre a existência de um único segmento operacional.

2.19. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013

Diversas alterações se aplicam pela primeira vez em 2013. No entanto, não afetam as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas da Companhia.

2.20. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda estão em vigor

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A Administração da Companhia não espera que essas normas e interpretações produzam impacto relevante nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas requerem que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos--Continuação

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são detalhadas na Nota 16.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota 11.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial é obtido através de mercados ativos.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Combinações de negócios

Aquisição de controle da Solar.BR Participações S.A. em 2013

A Companhia a partir de julho de 2013 passou a ser controladora com 56% das ações com direito a voto da Solar.BR Participações S.A., que foi criada para ser a *holding* do novo grupo econômico surgido da união de três engarrafadoras da Coca-Cola no Brasil (Norsa Refrigerantes Ltda., Companhia Maranhense de Refrigerantes e Refrescos Guararapes Ltda., incluindo Sucovalle - Sucos e Concentrados do Valle Ltda.).

Como parte deste processo, foi identificada que a Renosa Participações S.A. seria a adquirente da Solar.BR. A Companhia optou por mensurar a participação de não controladores na adquirida com base na sua participação nos ativos líquidos identificados.

A contabilização dos ativos líquidos adquiridos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 foi feita com base numa avaliação preliminar do valor justo, uma vez que o Grupo contratou uma avaliação independente das licenças; entretanto, essa avaliação não havia sido concluída quando da aprovação das demonstrações financeiras pela Administração.

A mensuração das licenças foi concluída dentro de 12 meses após a data de aquisição e indicou que o valor justo à época era de R\$2.325.675, ou seja, uma redução de R\$339.532 em relação ao valor preliminar, dos quais R\$184.110 refere-se à controladora e que foi contabilizado no resultado a débito no valor de R\$191.759 e a crédito no patrimônio líquido o valor de R\$7.649.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

4. Combinações de negócios--Continuação

Aquisição de controle da Solar.BR Participações S.A. em 2013--Continuação

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Guararapes e Norsa na data da aquisição é apresentado a seguir:

	Nordeste S.A.			Guararapes			Valor justo adquirido final	Ajuste de PPA	Valor justo adquirido preliminar
	Aquisição valor de custo	Ajuste valor justo	Aquisição valor justo	Aquisição valor de custo	Ajuste valor justo	Aquisição valor justo			
Ativos									
Contas a receber	157.566	-	157.566	215.387	-	57.821	215.387	-	215.387
Estoques	96.396	-	96.396	176.681	-	80.285	176.681	-	176.681
Investimentos em <i>joint venture</i>	22.650	-	22.650	32.415	-	9.765	32.415	-	32.415
Tributos diferidos	18.666	-	18.666	40.439	-	21.773	40.439	-	40.439
Outros ativos financeiros	260.327	-	260.327	491.076	-	230.749	491.076	-	491.076
Ativo fixo e outros intangíveis	543.551	-	543.551	851.528	-	307.977	851.528	-	851.528
Licenças	-	1.507.413	1.507.413	2.325.675	818.262	818.262	2.325.675	-	2.665.207
	<u>1.099.156</u>	<u>1.507.413</u>	<u>2.606.569</u>	<u>4.133.201</u>	<u>818.262</u>	<u>1.526.632</u>	<u>4.133.201</u>	<u>339.532</u>	<u>4.472.733</u>
Passivos									
Fornecedores	(98.165)	-	(98.165)	(169.976)	-	(71.811)	(169.976)	-	(169.976)
Provisão para contingências	(16.663)	-	(16.663)	(81.851)	-	(65.188)	(81.851)	-	(81.851)
Empréstimos e financiamentos	(426.270)	-	(426.270)	(479.371)	-	(53.101)	(479.371)	-	(479.371)
Outros passivos financeiros	(173.863)	-	(173.863)	(296.456)	-	(122.593)	(296.456)	-	(296.456)
	<u>(714.961)</u>	<u>-</u>	<u>(714.961)</u>	<u>(1.027.654)</u>	<u>-</u>	<u>(312.693)</u>	<u>(1.027.654)</u>	<u>-</u>	<u>(1.027.654)</u>
Patrimônio líquido	<u>384.195</u>	<u>1.507.413</u>	<u>1.891.608</u>	<u>3.105.547</u>	<u>818.262</u>	<u>1.213.939</u>	<u>3.105.547</u>	<u>339.532</u>	<u>3.445.079</u>

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

4. Combinações de negócios--Continuação

Aquisição de controle da Solar.BR Participações S.A.em 2013--Continuação

	Avaliação preliminar do valor justo	Ajustes	Avaliação final do valor justo
Valor justo reconhecido na aquisição	<u>3.445.079</u>	<u>(339.532)</u>	<u>3.105.547</u>
Participação de não controladores (44%)	(1.515.835)	149.394	(1.366.441)
Ágio na aquisição	302.696	6.028	308.724
Total da contraprestação	<u>2.231.940</u>	<u>(184.110)</u>	<u>2.047.830</u>
<u>Contraprestação transferida:</u>			
40% das ações da Norsa Refrigerantes Ltda.	954.860	(198.217)	756.643
34% das ações da Refrescos Guararapes Ltda.	359.696	6.458	366.154
44% das ações da Companhia Maranhense de Refrigerantes	829.708	7.649	837.357
Pagamento em dinheiro	87.676	-	87.676
Total da contraprestação	<u>2.231.940</u>	<u>(184.110)</u>	<u>2.047.830</u>

Não houve na contraprestação nenhum aspecto contingente.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Caixa e bancos	17	163	42.709	48.137
Aplicações financeiras	1.118	795	117.710	30.356
	1.135	958	160.419	78.493

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário, renda fixa e operações compromissadas. As operações classificadas no curto prazo são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data do balanço. Essas aplicações foram contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6. Conta vinculada

As aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários estão representadas por fundos DI, Certificados de Depósitos Bancário ("CDBs"), renda fixa, operações compromissadas e fundo de ações. As operações classificadas no longo prazo são resgatáveis em prazo superior a 90 dias da data do balanço.

Em função das obrigações descritas nos contratos de empréstimos com instituições financeiras, dos compromissos referentes às operações de compra das empresas e reaquisição das ações da CMR, a Companhia realizou aplicações conforme tabela abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Fundo de investimento (i)	3.354	3.360	3.936	4.627
CDB e fundo de investimento (ii)	-	-	104.486	113.438
	3.354	3.360	108.422	118.065

- (i) A Companhia possui um fundo constituído com a finalidade de recompra das ações da CMR no montante de R\$3.354 (R\$3.360 em 31 de dezembro de 2013). Tipo de aplicação: Fundo de Investimento Bradesco Empresas FIC RF Crédito Privado, com rentabilidade média de 102,02% a.a., efetuada no Banco Bradesco.

A controlada CMR possui R\$582 (R\$1.267 em 31 de dezembro de 2013), recebido pela incorporação da Renosa Indústria ocorrida em 30 de setembro de 2012, referente à conta vinculada (*escrow*) contratado junto ao Banco Citibank S.A. (depositário), quando da aquisição do controle acionário da CMR em maio de 2006, junto ao antigo controlador.

- (ii) A controlada CMR possui R\$104.486 (R\$113.438 em 31 de dezembro de 2013) aplicados em CDB e fundos de investimento no Banco Bradesco referente à conta vinculada (*escrow*) contratado quando da negociação das aquisições da CBA (posteriormente incorporada) e CAF.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

6. Conta vinculada--Continuação

Esses valores servem para garantir processos cíveis, tributários, trabalhistas e outras contingências de responsabilidade dos antigos acionistas, que porventura venham a surgir contra a Companhia. Esses passivos, registrados a valor justo, se aproximam do valor depositado da conta vinculada. A controlada CMR reconhece o mesmo valor aplicado em conta vinculada como obrigações com os antigos acionistas.

A Companhia e controlada CMR reconhece o mesmo valor aplicado em conta vinculada como obrigação com os antigos acionistas no passivo não circulante.

7. Contas a receber (Consolidado)

	Perda por redução ao valor recuperável individual
Saldo inicial por constituição da Solar.BR em 01/07/13	(7.388)
Constituição	(8.546)
Baixas incobráveis	4.399
Em 31 de dezembro de 2013	<u>(11.535)</u>
Constituição de provisão	<u>(177)</u>
Em 31 de dezembro de 2014	<u>(11.712)</u>

Em 31 de dezembro de 2014, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

Prazo:	2014	2013
A vencer	294.302	201.029
Vencidos		
1 a 30 dias	14.632	18.838
31 a 60 dias	3.771	2.446
61 a 120 dias	4.172	3.098
121 a 360 dias	7.166	6.439
Vencidos há mais de 360 dias	6.146	4.257
	330.189	236.107
(-) Perda por redução ao valor recuperável	(11.712)	(11.535)
	318.477	224.572

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

8. Partes relacionadas

As tabelas a seguir apresentam os saldos em aberto, bem como o valor total das transações realizadas com partes relacionadas nos exercícios findos naquelas datas.

a) Consolidado

1) *Ativo*

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Contas a receber de empresas associadas - circulante		
Circulante		
Recofarma Indústria do Amazonas Ltda.	30.465	39.130
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	3.077	4.874
	33.542	44.044
Contas a receber de empresas associadas - não circulante		
T.J. Participações S.A.	2.253	287
	2.253	287
	35.795	44.331

2) *Passivo*

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fornecedores - circulante		
Recofarma Indústria do Amazonas Ltda.	75.399	62.060
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	8.881	19.035
Total Distribuidora de Bebidas Ltda.	15.355	23.735
	99.635	104.830
Contas a pagar a empresas associadas - circulante		
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	65	740
Recofarma Indústria do Amazonas Ltda.	16.228	2.947
	16.293	3.687
	115.928	108.517

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia tinha um contas a pagar com a controlada indireta Companhia Maranhense de Refrigerantes no valor de R\$465.

A Recofarma Indústria do Amazonas Ltda. é o principal fornecedor de insumos da Companhia. A mesma fornece o concentrado, principal matéria-prima para fabricação de refrigerantes. A Recofarma é uma empresa do grupo "The Coca-Cola Company".

A Leão Alimentos e Bebidas Ltda. e a Total Distribuidora Ltda. são os fabricantes das bebidas não carbonatadas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

8. Partes relacionadas--Continuação

Empresas líderes do conglomerado

A Renosa Participações S.A. é uma *joint venture* controlada conjuntamente pela Calila Investimentos S.A., TJ Participações S.A. e Refrigerantes do Noroeste S.A. (acionistas diretos da também investidora Holdco 0 Participações S.A.) representando 69,1% das ações com participação da Forsab Investments (Proprietary) Limited e Manchional Investment Holding S.A.R.L., conjuntamente representando 30,9% das ações.

Entidades com influência significativa sobre a Companhia e controladas

A Renosa Participações S.A. é investidora em ações ordinárias da Solar. BR Participações S.A. no total de 56%; a Recofarma Indústria do Amazonas Ltda. em 36,73% e Coca-Cola Indústria Ltda em 7,27%.

Joint venture na qual a Companhia tem participação indireta

Consolidando a participação de suas controladas, a Solar.BR detém 6,81% (5,12% em 2013) do capital da Leão Alimentos e Bebidas Ltda. O aumento de participação ocorreu em 22 de outubro de 2014 mediante aporte de capital.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços contratados entre as partes. O contas a receber de empresas associadas, no ativo circulante, e a conta de "Fornecedores" referentes à Recofarma Indústria do Amazonas Ltda. e Leão Alimentos e Bebidas Ltda. representam operações mercantis entre partes relacionadas, realizadas a preços e prazos acordados entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2014, o contas a receber de empresas associadas, não circulante, do acionista T.J. Participações S.A. R\$2.253 (2013: R\$287) refere-se a pagamentos de débitos do acionista efetuados pela controlada Norsa Refrigerantes Ltda.

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia e suas controladas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as despesas com honorários dos conselheiros e diretores da Companhia e suas controladas, totalizaram R\$17.069 (R\$7.868 em 31 de dezembro de 2013).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

8. Partes relacionadas--Continuação

Plano de remuneração baseado em ações da diretoria estatutária

Termos e condições gerais

Termos e condições gerais dos planos de remuneração baseado em ações dos empregados não administradores:

Grupos de beneficiários: os principais executivos e os colaboradores considerados estratégicos para o alcance das metas de resultado da Companhia, conforme definidos anualmente pelo Comitê de Gestão da Companhia, são beneficiários do plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) atrelado ao lucro distribuível por ação da Companhia, com pagamento em moeda corrente (*phantom shares*). São estabelecidas condições gerais para a outorga, pela Companhia, de *phantom shares* a esses beneficiários, as quais são definidas em regulamento específico e administrado pelo Comitê de Gestão segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo Estatuto Social e pelo Conselho de Administração da Companhia.

Anualmente, o Comitê de Gestão estabelece indicadores de desempenho no âmbito corporativo (condição de aquisição) que, se atingidos, configuram o direito à outorga de *phantom shares* aos beneficiários.

Condições para exercício: o regulamento das *phantom shares* determina que terão direito à outorga e exercício das *phantom shares* (condições de aquisição e não aquisição) os beneficiários que atingirem as metas de desempenho.

O regulamento prevê as seguintes condições para exercício das *phantom shares*:

- (i) No caso de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária nos programas em que não houver diferimento, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as *phantom shares* que lhe foram outorgadas, sem indenização;
- (ii) Na hipótese de desligamento sem justa causa ou por aposentadoria, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das *phantom shares*, sendo conferido ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das *phantom shares*; e
- (iii) Na ausência de desligamento, as condições de aquisição das *phantom shares* são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo-se assim que o beneficiário exerça suas *phantom shares* nos termos definidos pelo regulamento.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

8. Partes relacionadas--Continuação

Plano de remuneração baseado em ações da diretoria estatutária--Continuação

Critérios para fixação do prazo de exercício

Salvo nas condições de não aquisição mencionadas acima, as *phantom shares* somente podem ser exercidas após um período de carência de um a três anos (período de aquisição) e, quando aplicável, até um período limite de 10 anos a contar da data de outorga.

Forma de liquidação

Para as *phantom shares*, a liquidação se dá em folha de pagamento em favor do beneficiário quando satisfeitas todas as condições.

Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício, correspondente a cada *phantom share* (preço de exercício), pelo qual os beneficiários poderão exercer sua opção é calculado da seguinte forma:

A cada associado abrangido pelo plano é concedido ao final de cada exercício iniciado em 1º de julho de 2013, até seis vezes o correspondente à sua remuneração mensal via folha de pagamento.

Na data da outorga este valor é convertido em *phantom shares* e podem ser resgatados pelos associados 1/3 a cada exercício seguinte. Dessa forma, o *vesting period* para 100% do benefício de um ano se dá no terceiro ano subsequente. O resgate pelo associado pode ser realizado até o 10º ano seguinte ao período de outorga.

O preço de exercício será reajustado pela variação do lucro líquido da Companhia entre a data da outorga e a data de exercício, calculado como um múltiplo do *phantom share*.

Restrições à transferência das ações

O exercício das *phantom shares* não implica na concessão de ações da Companhia, sendo a remuneração a elas atrelada paga em espécie.

Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O plano de Incentivo de Longo Prazo em *phantom shares* poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Presidência da Companhia. O término da vigência do plano não afetará a eficácia das opções ainda em vigor que tenham sido outorgadas por meio do regulamento vigente.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

8. Partes relacionadas--Continuação

Plano de remuneração baseado em ações da diretoria estatutária--Continuação

Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do último exercício social e a prevista para o exercício social corrente

Para o exercício de 2013 foi dada outorga de *phantom shares* para o grupo diretivo da Solar.BR, com data de outorga em 31 de dezembro de 2013. O prazo para exercício dessas opções é até 31 de dezembro de 2021 e o impacto do reconhecimento deste benefício em 2014 foi de R\$506.

9. Estoques (Consolidado)

	2014	2013
Produtos acabados	42.585	36.853
Matéria-prima e embalagem	66.774	69.593
Materiais auxiliares	3.540	3.037
Mercadorias para revenda	67.515	63.987
Almoxarifado	97.953	61.435
Almoxarifado marketing	8.635	9.286
Estoque de vasilhames	11.181	9.738
Estoque de pallets e eucatex	19.906	10.779
Provisão perdas em estoque	(7.869)	(4.710)
Outros	1.045	1.331
	311.265	261.329

10. Tributos a recuperar e obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Ativo				
ICMS a recuperar	-	93	83.289	79.502
ICMS a recuperar sobre ativo fixo	-	-	62.114	63.295
IPI a recuperar	-	-	153.902	152.532
PIS a recuperar	-	-	5.735	5.041
COFINS a recuperar	-	-	20.910	18.107
IR/CSLL a recuperar	-	-	52.324	43.876
Outros impostos a recuperar	224	48	18.768	16.850
	224	141	397.042	379.203
Circulante	(216)	(119)	(273.473)	(270.120)
Não circulante	8	22	123.569	109.083

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

10. Impostos a recuperar e obrigações tributárias--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Passivo circulante				
ICMS a recolher	-	-	39.531	33.575
IRRF a recolher	82	-	1.687	1.212
IR/CSLL a recolher	-	-	5.898	6.688
PIS a recolher	-	-	4.045	3.809
Cofins a recolher	-	-	19.615	17.894
Outros	254	186	4.530	3.522
	336	186	75.306	66.700

(a) IPI a recuperar - ao longo dos últimos anos, a empresa acumulou créditos de tributos federais em decorrência da forma de tributação do IPI. Com as recentes mudanças ocorridas na legislação no 2º semestre de 2012, as controladas pararam de acumular tais créditos em suas transações correntes, sendo estes compensados e recuperáveis a partir de 2013.

Nesse contexto, as controladas avaliaram a recuperabilidade de tais créditos com base em uma projeção de fluxo de caixa com vistas a mensurar o montante dos tributos federais gerados em sua operação que poderão ser objeto de compensação com os respectivos saldos existentes a recuperar nos próximos anos a partir de 2014, inclusive. Para elaboração de tal projeção foram assumidas as seguintes premissas-chave:

- Aumento médio anual das pautas de IPI, PIS e COFINS em 13,7% em 2015.
- Crescimento médio do volume de vendas de refrigerantes em 3,2% ao ano.
- Crescimento médio nominal do custo de insumos de refrigerantes em 14,5% em 2015, principalmente devido à variação cambial.

Com base em tais premissas e considerando que, existe previsão legal para utilização do saldo credor de IPI com a compensação de outros tributos federais incidentes na operação tais como, PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social e o próprio IPI, estima-se que esses créditos sejam realizados nos próximos quatro anos.

11. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (Consolidado)

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

11. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (Consolidado)– Continuação

As controladas da Companhia, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhecem os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, despesas não dedutíveis temporariamente e bases negativas da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O imposto de renda diferido foi registrado à alíquota de 15%, com o adicional de 10%. A contribuição social diferida foi registrada à alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte natureza:

	Consolidado		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Prejuízos fiscais e base negativa contribuição social	2.224	801	3.025
Provisão para devedores duvidosos	2.978	1.072	4.050
Provisão para tributos questionados judicialmente	8.757	3.153	11.910
Provisão para perdas	7.303	2.629	9.932
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	36.395	13.102	49.497
Provisão para perdas em operações de <i>swap</i>	18.416	6.630	25.046
Provisão despesas de marketing	547	197	744
Ágio	16.464	188	16.652
AVP - Ajuste a Valor Presente	(636)	(229)	(865)
Outras provisões temporariamente indedutíveis	4.254	1.535	5.789
Provisão reserva avaliação/AVP – PRODESIN	(22.246)	(8.008)	(30.254)
	74.456	21.070	95.526

	Consolidado		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Prejuízos fiscais e base negativa contribuição social	7.071	2.488	9.559
Provisão para devedores duvidosos	2.482	894	3.376
Provisão para tributos questionados judicialmente	2.705	974	3.679
Provisão para perdas	2.056	740	2.796
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	45.791	16.485	62.276
Provisão para perdas em operações de <i>swap</i>	2.800	1.008	3.808
Provisão despesas de marketing	1.455	524	1.979
Ágio	15.225	2.872	18.097
Provisão reserva avaliação AVP - PRODESIN	(11.282)	(4.062)	(15.344)
Outras provisões temporariamente indedutíveis	5.093	1.834	6.927
	73.396	23.757	97.153

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

11. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (Consolidado)-- Continuação

A movimentação do imposto de renda de contribuição social diferidos está demonstrada a seguir:

	Consolidado		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo de abertura em 01/07/13	70.277	21.336	91.613
Constituição	3.119	2.421	5.540
Saldo em 31 de dezembro de 2013	73.396	23.757	97.153
Constituição (realização)	1.060	(2.687)	(1.627)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	74.456	21.070	95.526

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro diferidos da Companhia são constituídos unicamente por diferenças temporárias, proveniente em sua quase totalidade, de contingências fiscais, cíveis e trabalhistas. Tendo em vista a imprevisibilidade do encerramento destes processos, não é possível estimar uma data específica da realização.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no resultado do exercício de 2014 e 2013 estão demonstradas a seguir:

	Controladora	
	2014	2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	206.095	870.658
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(70.072)	(296.024)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Mais valia de investimentos	-	240.528
Resultado de equivalência patrimonial	72.397	56.733
	-	-
Alíquota efetiva	-	-

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

11. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (Consolidado)-- Continuação

	Consolidado	
	2014	2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	394.873	966.851
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(134.257)	(328.729)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Mais valia de investimentos	-	240.528
Redução de incentivo fiscal de imposto de renda	27.885	17.914
Outras exclusões, líquidas	84.639	46.957
	(21.733)	(23.330)
Alíquota efetiva	16,19%	2,41%

12. Despesas antecipadas (Consolidado)

	31/12/2014	31/12/2013
Despesas de marketing a apropriar (i)	16.005	22.087
Seguros/vale transporte a apropriar	1.568	1.391
Vasilhames repfet a apropriar	-	1.324
Outras despesas a apropriar	4.807	1.894
	22.380	26.696
Parcela classificada no ativo circulante	(17.583)	(21.158)
Parcela classificada no ativo não circulante	4.797	5.538

(i) Referente a gastos com copa do mundo, mídia futebol e contratos de exclusividade.

13. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Avaliados a equivalência patrimonial:				
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	-	-	63.834	49.256
Solar.BR Participações S.A.	1.046.556	938.856	-	-
Ágio na constituição da Solar.BR	1.392.288	1.392.288	-	-
	2.438.844	2.331.144	63.834	49.256

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

13. Investimentos--Continuação

Movimentação

	Tocref	CMR	Solar.BR	Total Controladora	Leão Alimentos	Total Consolidado
Em 31 de janeiro de 2013	14.527	719.082	-	733.609	13.448	13.448
Saldo inicial por constituição Solar.BR	-	-	-	-	32.415	32.415
Aquisições de investimentos (a)	-	-	297.356	297.356	-	-
Aumento de participação (d)	-	-	-	-	1.551	1.551
Aumento de capital com investimentos (b)	-	15.236	634.974	650.210	-	-
Aumento de capital com ágio (b)	-	-	62.971	62.971	-	-
Ágio na aquisição de investimentos	-	-	1.265.133	1.265.133	-	-
Distribuição de dividendos	-	(172.763)	(22.024)	(194.787)	-	-
Equivalência patrimonial	709	73.419	92.734	166.862	1.945	1.945
Outros	-	-	-	-	(103)	(103)
Baixa de investimentos (b)	(15.236)	(634.974)	-	(650.210)	-	-
Em 31 de dezembro de 2013	-	-	2.331.144	2.331.144	49.256	49.256
Aumento de participação (d)	-	-	-	-	12.544	12.544
Recebimento de dividendos adicionais	-	-	(54.694)	(54.694)	-	-
Dividendos a receber	-	-	(50.537)	(50.537)	-	-
Equivalência patrimonial	-	-	212.931	212.931	2.034	2.034
Em 31 de dezembro de 2014	-	-	2.438.844	2.438.844	63.834	63.834

O investimento da Leão Alimentos e Bebidas Ltda. é avaliado ao método de equivalência patrimonial, o patrimônio líquido e lucro do ano corrente após imposto de renda e contribuição social desta investida em 30 de novembro de 2014 é de R\$740.127 e R\$39.183, respectivamente. Quando da aquisição de participação na Leão Alimentos e Bebidas Ltda., o valor de R\$13.388 foi designado como ágio.

O lucro líquido da Solar.BR no exercício de 2014 é de R\$379.975 e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014 é de R\$1.868.847.

- (a) Em 03 de julho de 2013, foi aprovado aumento de capital na Companhia no valor de R\$297.356 por meio de conferência de ações detidas por TJ Participações S.A. e Calila Investimentos S.A. na Solar.BR Participações S.A.
- (b) Em maio de 2013, a Companhia efetuou aumento de capital na Companhia Maranhense de Refrigerantes com a parcela de investimento no valor de R\$15.236 detida na Tocref - Tocantins Refrigerantes Ltda. Em 03 de julho de 2013, a Companhia efetuou aumento de capital na Solar.BR Participações S.A. com a parcela detida no patrimônio líquido da Companhia Maranhense de Refrigerantes no valor de R\$634.974 incluindo ainda o ágio no valor de R\$62.971.
- (c) Conforme descrito na Nota 4, para que a Companhia obtivesse o controle da Solar.BR, os investimentos que os acionistas detinham na Nordeste Refrigerantes S.A. e Refrescos Guararapes Ltda. foram utilizados como contraprestação. Dessa forma, a Companhia reavaliou estes investimentos pelo valor justo e reconheceu no resultado no exercício um ganho no valor de R\$707.434. Por outro lado, a Companhia que já detinha o controle acionário da CMR, cedeu para o grupo The Coca-Cola Company 44% de sua participação nesta investida como contraprestação. Como consequência, o valor justo desta parcela cedida no montante de R\$557.699 foi reconhecido no patrimônio líquido da Companhia.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

13. Investimentos--Continuação

Movimentação--Continuação

(d) Em 13 de fevereiro de 2013, a SABB Sistema de Alimentos e Bebidas do Brasil Ltda. foi incorporada pela Leão Alimentos e Bebidas Ltda. Como consequência houve um aumento no investimento de R\$1.551 pelas controladas Companhia Maranhense de Refrigerantes (R\$1.090) e Companhia Brasileira de Alimentos São Francisco (R\$461) que passaram a ter 1,3480% e 0,3896% de participação acionária na Leão Alimentos e Bebidas Ltda., respectivamente. Em outubro de 2014, por sua vez, as controladas da Companhia efetuaram aporte de capital no valor total consolidado de R\$12.544.

14. Imobilizado (Consolidado)

Composição dos saldos

	Taxas anuais de depreciação	2014		2013	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	66.372	-	66.372	49.130
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3,7%	15.426	(3.915)	11.511	11.112
Edificações	3,7%	389.484	(87.841)	301.643	277.204
Máquinas e equipamentos	6,7%	773.265	(311.841)	461.424	471.237
Móveis e utensílios	10,0%	23.711	(9.941)	13.770	12.161
Garrafas e embalagens	20,0%	368.841	(219.410)	149.431	140.188
Congeladores	12,5%	306.056	(138.023)	168.033	133.457
Computadores e periféricos	20,0%	50.721	(33.110)	17.611	16.107
Veículos	20,0%	172.323	(83.505)	88.818	75.555
Veículos - leasing	16,67%	95.068	(43.059)	52.009	60.326
Outras imobilizações	5% a 20%	103.351	(37.444)	65.907	73.074
Obras em andamento	-	125.091	-	125.091	59.720
		2.489.709	(968.089)	1.521.620	1.379.271

Obras em construção

O saldo do imobilizado em andamento refere-se a máquinas e equipamentos, equipamentos de mercado, obras civis e veículos que entrarão em uso no exercício seguinte.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

14. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

Composição dos saldos--Continuação

Custos de empréstimo capitalizados

Os custos de empréstimos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de aproximadamente R\$4.291 (R\$596 no período de julho a dezembro de 2013). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 9,41% a.a. (7,39% a.a. em 2013), que representa a taxa efetiva dos empréstimos específicos.

Movimentação

	31/12/2013	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	31/12/2014
Terrenos	49.130	19.738	-	-	(2.496)	66.372
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11.112	937	(128)	(534)	124	11.511
Edificações	277.204	14.037	(4.335)	(13.172)	27.909	301.643
Máquinas e equipamentos	471.237	28.417	(1.806)	(48.085)	11.661	461.424
Móveis e utensílios	12.161	2.914	(68)	(1.719)	482	13.770
Garrafas e embalagens	140.188	48.622	(3.627)	(45.823)	10.071	149.431
Congeladores	133.457	30.377	(1.811)	(27.136)	33.146	168.033
Computadores e periféricos	16.107	6.342	(152)	(5.129)	443	17.611
Veículos	75.555	20.297	(3.029)	(15.369)	11.364	88.818
Veículos - leasing	60.326	-	(231)	(8.317)	231	52.009
Outras imobilizações	73.074	8.899	(150)	(12.688)	(3.228)	65.907
Obras em andamento	59.720	155.340	(262)	-	(89.707)	125.091
	1.379.271	335.920	(15.599)	(177.972)	-	1.521.620

	Saldo de abertura 01/07/13	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	31/12/2013
Terrenos	49.130	-	-	-	-	49.130
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11.385	(6)	-	(267)	-	11.112
Edificações	260.410	5.337	(155)	(1.825)	13.437	277.204
Máquinas e equipamentos	462.107	21.435	(693)	(27.729)	16.117	471.237
Móveis e utensílios	12.488	365	(32)	(766)	106	12.161
Garrafas e embalagens	123.281	33.794	(831)	(23.301)	7.245	140.188
Congeladores	115.174	8.734	(838)	(12.633)	23.020	133.457
Computadores e periféricos	18.611	786	(13)	(2.643)	(634)	16.107
Veículos	57.754	18.217	(909)	(6.319)	6.812	75.555
Veículos - leasing	64.631	730	(37)	(7.694)	2.696	60.326
Outras imobilizações	72.510	2.035	(657)	(1.644)	830	73.074
Obras em andamento	61.968	67.391	(10)	-	(69.629)	59.720
	1.309.449	158.818	(4.175)	(84.821)	-	1.379.271

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

14. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

Arrendamentos mercantis financeiros e ativos em construção

As controladas possuem certos contratos de aluguel que, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, são classificados como arrendamentos financeiros. As controladas classificam um arrendamento como financeiro quando pelo menos uma das seguintes condições são atendidas:

- (i) Há a transferência de propriedade do ativo para a Empresa no fim do prazo do arrendamento;
- (ii) A Empresa tem a opção de comprar o ativo por um preço que se espera seja suficientemente mais baixo do que o justo valor à data em que a opção se torne exercível, e a Administração possui uma intenção provável de exercê-la;
- (iii) O prazo do arrendamento refere-se, no mínimo, a 75% da vida econômica do ativo, mesmo que a propriedade não seja transferida. A Administração da Empresa entende que 75% correspondem à maior parte da vida econômica do ativo;
- (iv) No início do arrendamento, o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento representa, no mínimo, 90% do valor justo do ativo arrendado. A Administração da Empresa entende que 90% correspondem substancialmente ao valor justo do ativo arrendado.

A vida útil das benfeitorias em imóveis arrendados é limitada ao prazo do contrato de arrendamento ou à vida útil-econômica do bem. Abatimentos, carências e descontos são considerados no cálculo dos aluguéis mínimos a serem utilizados para cálculo do critério "iv" acima.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

14. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

Arrendamentos mercantis financeiros e ativos em construção--Continuação

Com base nas análises acima, as controladas indiretas Norsa e Guararapes classificaram os contratos de arrendamento em financeiro e operacional conforme segue:

a) *Arrendamentos financeiros*

As controladas da Companhia possuem seis contratos de arrendamento que foram classificados como arrendamento financeiro. Os principais efeitos nas demonstrações financeiras estão descritos a seguir:

a.1) Ativo imobilizado ("Veículos - leasing")

Tipo	Prazo do contrato	2014		
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Caminhões	6 anos	88.972	(39.302)	49.670
Empilhadeiras	4 anos	5.087	(3.344)	1.743
Outros	5 anos	1.009	(413)	596
		95.068	(43.059)	52.009

Tipo	Prazo do contrato	2013		
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Caminhões	6 anos	88.972	(32.832)	56.140
Empilhadeiras	4 anos	5.087	(1.694)	3.393
Outros	5 anos	1.009	(216)	793
		95.068	(34.742)	60.326

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

14. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

Arrendamentos mercantis financeiros e ativos em construção--Continuação

a) *Arrendamentos financeiros--Continuação*

a.2) Obrigações com arrendamento mercantil

O vencimento dos pagamentos dos aluguéis mínimos dos arrendamentos financeiros está descrito a seguir:

2014			
Vencimento	Pagamentos mínimos contratuais	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos contratuais
2015	29.877	(8.764)	21.113
2016 em diante	40.617	(9.721)	30.896
	<u>70.494</u>	<u>(18.485)</u>	<u>52.009</u>
Passivo circulante			21.113
Passivo não circulante			<u>30.896</u>

2013			
Vencimento	Pagamentos mínimos contratuais	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos contratuais
2014	24.657	(8.756)	15.901
2015 em diante	64.686	(18.906)	45.780
	<u>89.343</u>	<u>(27.662)</u>	<u>61.681</u>
Passivo circulante			15.901
Passivo não circulante			<u>45.780</u>

a.3) Contas de resultado

No período findo em 31 de dezembro de 2014, as controladas indiretas Norsa e Refrescos Guararapes registraram no resultado do exercício, R\$9.673 (R\$9.310 no período de julho a dezembro de 2013) de despesas de depreciação, R\$22.669 (R\$9.629 no período de julho a dezembro de 2013) de despesas de juros com arrendamento financeiro. O total de aluguéis mínimos pagos no mesmo período totalizou R\$17.732 (R\$14.581, no período de julho a dezembro de 2013).

O valor contábil do imobilizado mantido sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$52.009 (R\$61.681 em 31 de dezembro de 2013). Todos os itens sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro são garantidos pelos próprios bens objetos dos contratos.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

14. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

Arrendamentos mercantis financeiros e ativos em construção--Continuação

b) *Arrendamentos operacionais*

As controladas possuem 37 contratos de arrendamento classificados como operacionais, os quais referem-se, substancialmente, a aluguel de imóveis, empilhadeiras e outros, que possuem os seguintes vencimentos:

Vencimento	Pagamentos mínimos contratuais	
	2014	2013
2014	-	5.959
2015	9.447	3.045
2016 em diante	26.651	16.440
	36.098	25.444

O total dos pagamentos mínimos dos arrendamentos operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de aproximadamente R\$17.564 (R\$2.099 no período de julho a dezembro de 2013).

Ativos concedidos em garantias

Edificações, congeladores e outros equipamentos com valor contábil de R\$260.159 (R\$279.062 em 2013) estão sujeitos à hipoteca de primeiro grau como garantia de empréstimos bancários da Companhia e suas controladas.

15. Intangível

Composição

	Consolidado			
	2014		2013	
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Softwares	72.451	(44.832)	27.619	22.082
Ágio adquirido (b)	590.204	-	590.204	590.204
Direito de lavra	28.966	-	28.966	45.536
Licenças (c)	2.909.760	-	2.909.760	2.909.760
	3.601.381	(44.832)	3.556.549	3.567.582

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

15. Intangível--Continuação

Movimentação

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Saldo inicial	62.971	3.567.582	441.281
Saldo de abertura por constituição da Solar.BR	-	-	492.662
Aquisições de software	-	12.943	3.262
Adições de ágio (Nota 4)	-	-	308.724
Aquisições de licenças (Nota 4)	-	-	2.325.675
Transferências de imobilizado - software	-	-	692
Amortização de softwares	-	(7.406)	(4.711)
Baixas de intangível, líquidas	-	-	(3)
Provisão para perdas de direito de lavra (a)	-	(16.570)	-
Baixa de ágio (Nota 13)	(62.971)	-	-
Saldo no fim do exercício	-	3.556.549	3.567.582

a) Em dezembro de 2014 foi assinado um contrato de compra e venda de 50% do capital Societária da CAF entre a Companhia Maranhense de Refrigerantes e a Coca Cola Indústrias Ltda. A venda, entretanto, somente será efetivada quando forem sanadas todas as condições suspensivas descritas no contrato. Todavia, com base neste contrato e no estudo de viabilidade técnica suporte ao processo de alienação, a Companhia decidiu registrar uma provisão para perda com valor recuperável do ágio no valor de R\$16.570.

b) Os ágios possuem a seguinte composição:

- Ágio de R\$308.724 mil pela aquisição de investimentos a valor justo na Solar.BR Participações S.A. Vide Nota 13.
- Ágio de R\$15.270 pagos pela controlada da Norsa Refrigerantes Ltda., na aquisição da Real Bebidas (empresa incorporada pela NRN Comércio de Bebidas Ltda.);
- Ágios de R\$28.368 e R\$5.747 pagos pela controlada Companhia Maranhenses de Refrigerantes, na aquisição das empresas Companhia de Alimentos e Bebidas do São Francisco - CBA e Companhia das Águas Funcionais do Nordeste - CAF, respectivamente;
- Ágio de R\$15.173 pago pela Companhia Maranhense de Refrigerantes na aquisição de participação significativa da Refrescos Guararapes;
- Ágio de R\$190.658 obtidos na constituição da Solar.BR Participações S.A. através de aportes de capital;
- *Goodwill* de R\$26.264 pagos pela Norsa no arrendamento da operação da Bahia pertencente ao Grupo Calmon.

A partir de janeiro de 2009, o saldo desses ágios, fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, não foram mais amortizados, passando a ser submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável. Para fins fiscais é realizado um imposto de renda diferido sobre a amortização fiscal que foi, em 31 de dezembro de 2014, R\$16.464 (R\$15.225 em 2013).

c) Considera-se como licença, o direito de exploração dos produtos da marca em uma determinada área geográfica. As licenças possuem a seguinte composição:

- R\$1.507.413 pela aquisição de controle da Nordeste Refrigerante S.A. em 2013. Vide Nota 4.
- R\$1.116.769 pela aquisição de controle da Refrescos Guararapes Ltda. (incluindo Sucovalle) em 2013. Vide Nota 4.
- R\$ 285.578 pela aquisição de controle da Companhia Brasileira de Alimentos e Bebidas do São Francisco em 2011, posteriormente incorporada pela Companhia Maranhense de Refrigerantes.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

16. Teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida

O valor recuperável das unidades foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de fluxo de caixa aprovadas pela Alta Administração. O fluxo de caixa projetado foi sensibilizado com as melhores estimativas de volume, baseada nas previsões de crescimento da economia da região, na participação de mercado da Solar.BR e na tendência do consumo de bebidas não alcoólicas. No longo prazo, esses itens foram ajustados em consonância com a inflação projetada e crescimento do PIB da região.

No que se refere às despesas operacionais, estas foram divididas em fixas e variáveis, onde as primeiras foram objetos de variação pela inflação projetada enquanto as variáveis sofrem o efeito da inflação e volume incremental. A taxa de desconto antes dos impostos aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 13,35% e os fluxos de caixa que excedem o período de 10 anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 5%, taxa esta semelhante ao indicador de inflação anual prevista para o longo prazo. Como resultado dessa análise, não foi identificado perda por redução ao valor recuperável.

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso tanto para as unidades geradoras de caixa é mais sensível às seguintes premissas:

Margens brutas - as margens brutas são calculadas com base no planejamento da Companhia. Essas margens possuem suaves crescimentos devido ao ganho de eficiência, que é parcialmente compensado por pressões de custo provenientes de commodities.

Inflação de preços de matérias-primas - as estimativas são obtidas a partir de índices publicados para os países que fornecem as matérias-primas, bem como dados relativos às *commodities* em específico. Os valores estimados são utilizados se os dados estiverem publicamente disponíveis (principalmente para o Brasil e os Estados Unidos).

Alternativamente, as variações de preços de matérias-primas vêm sendo utilizadas como indicador de futuras variações de preço.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

16. Teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida-- Continuação

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso--Continuação

Premissas de participação no mercado - essas premissas são importantes, uma vez que, além de utilizar dados do segmento para taxas de crescimento (conforme a seguir observado), possibilitam que a Administração avalie a posição de mercado da unidade em relação aos seus concorrentes e o reflexo disso no plano financeiro. Estima-se que a participação da Companhia e suas controladas no mercado de bebidas permaneça estável ao longo do período orçamentário, considerando as razões acima apresentadas.

Estimativas de taxas de crescimento - as taxas são baseadas em pesquisas e estudos publicados sobre o setor.

Sensibilidade a mudanças nas premissas

No que se refere à avaliação do valor em uso das referidas unidades geradoras de caixa, estima-se que nenhuma mudança razoavelmente possível em qualquer uma das principais premissas acima mencionada levaria o valor contábil da unidade a exceder significativamente seu montante recuperável.

17. Empréstimos e financiamentos

a) Controladora

<u>Modalidade</u>	<u>Encargos</u>	<u>2014</u>
Capital de giro	Juros de 105% do CDI	<u>2.042</u>
Circulante		<u>2.042</u>

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

b) Consolidado

<u>Modalidade</u>	<u>Encargos</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Banco do Nordeste S.A. - FNE	De 2,5%.a.a - 8.5 % a.a.	162.909	156.863
FINAME/BNDES	De 2,5%.a.a - 8.5 % a.a.	227.291	200.074
FINEM/BNDES	De 2,3% a.a. - 3,5% a.a. acima da TJLP	-	97.694
FCO/Banco do Brasil	8,5% a.a.	3.940	10.376
Leasing	Juros de 0,60% a.a. + CDI	1.080	1.910
Capital de giro	Juros de 105% do CDI	454.399	145.071
		849.619	611.988
		<hr/>	<hr/>
Circulante		(236.985)	(249.829)
Não circulante		612.634	362.159

Os empréstimos e financiamentos são garantidos por:

- (a) Penhor de bens e hipoteca imobiliária - (FNE) ;
- (b) Alienação fiduciária (FINAME),
- (c) Fiança Bancária - (FNE).

Os montantes de longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
2015	-	94.750
2016	152.628	86.392
2017	180.605	80.845
2018	125.865	54.209
2019 em diante	153.536	45.963
	612.634	362.159

Cláusulas restritivas

A Companhia e suas controladas efetuaram a análise de cláusulas restritivas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e não possuem conhecimento de fatos ou circunstâncias que indicassem situação de não cumprimento ou desconformidade. Os empréstimos e financiamentos contratados pelas controladas da Companhia possuem *covenants* e garantias financeiras, cujo não cumprimento, durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Até o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as controladas da Companhia mantiveram-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

18. Debêntures (Consolidado)

A controlada indireta Companhia Maranhense de Refrigerantes possui dois contratos de debêntures a seguir:

Em 18 de novembro de 2011 foi assinada a escritura de contratação de debêntures (1ª emissão) junto aos Bancos Itaú BBA S.A. e Bradesco BBI S.A., no montante de R\$350.000.

Em 26 de junho de 2013 foi assinada a escritura de contratação de debêntures (2ª emissão) junto ao Banco Bradesco S.A., no montante de R\$200.000 conforme demonstrado abaixo:

Entidades financiadoras da operação	Data de emissão	Data de vencimento	Tipo de emissão	Valor total na data da emissão	Encargos financeiros anuais	Taxa efetiva	Total em 31/12/14	Total em 31/12/13
Banco Bradesco	26/07/2013	27/06/2020	Simples	200.000	CDI+1,4%	13,07%	197.913	198.803
Banco Bradesco	29/11/2011	29/11/2018	Simples	175.000	CDI+1,4%	13,07%	133.297	168.253
Banco Itaú	29/11/2011	29/11/2018	Simples	175.000	CDI+1,4%	13,07%	133.297	168.253
							464.507	535.309
Circulante							(87.871)	(68.207)
Não circulante							376.636	467.102

A movimentação de debêntures durante o exercício é a seguinte:

	2014	2013
Saldo inicial	535.309	553.001
Juros apropriados	60.716	26.872
Amortização de principal	(115.783)	(11.475)
Juros pagos	(14.093)	(29.389)
Despesa de captação	(1.642)	(3.700)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	464.507	535.309

Os montantes de longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2014	2013
2015	-	91.679
2016	107.625	108.255
2017	107.625	108.255
2018	102.025	102.558
2019	39.574	56.355
2020 em diante	19.787	-
	376.636	467.102

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

18. Debêntures (Consolidado)--Continuação

Limites e índices financeiros: o índice financeiro, que mede a relação entre a dívida líquida consolidada e o EBITDA ajustado, nos últimos 12 meses devidamente apresentado pela Emissora, deverá ser menor ou igual a 3,5. O índice financeiro, que mede a relação entre o EBITDA ajustado e o resultado financeiro líquido consolidado, também nos últimos 12 meses deverá ser maior ou igual a 2,5. Todos os índices exigidos estão sendo cumpridos.

Remuneração: as debêntures rendem juros correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa de 1,40% (1ª emissão) e 1,40% (2ª emissão) (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Remuneração").

Garantia: no momento da emissão as debêntures serão garantidas por fianças das empresas, CBA - Indústria e Comércio de Bebidas e Alimentos Ltda. (transformada em sociedade Limitada em 28 de junho de 2013 e posteriormente incorporada pela CMR - Companhia Maranhense de Refrigerantes), a Tocantins Refrigerantes Ltda. e a CAF - Crystal Águas do Nordeste Ltda. (transformadas em sociedade limitada em 28 de junho de 2013). Em 2014 as garantias foram substituídas pelas fianças das empresas, Solar.BR Participações S.A., a Tocantins Refrigerantes Ltda., Norsa Refrigerantes Ltda., Refresco Guararapes Ltda.

19. Instrumentos financeiros (Consolidado)

19.1. Instrumentos financeiros derivativos - ativo

	2014	2013
Derivativos não designados como <i>hedges</i>		
Contratos a termo de mercadorias	6.872	851
Contratos a termo de moeda	5.857	-
Contratos de <i>Swap</i>	55.723	-
	68.452	851
Parcela classificada no ativo circulante	(63.780)	(340)
Parcela classificada no ativo não circulante	4.672	511

19.2. Instrumentos financeiros derivativos - passivo

	2014	2013
Derivativos não designados como <i>hedges</i>		
Contratos a termo de mercadorias	83.661	12.229
Contratos de <i>Swap</i>	286	-
	83.947	12.229
Parcela classificada no passivo circulante	(24.059)	(8.434)
Parcela classificada no passivo não circulante	59.888	3.795

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros (Consolidado)--Continuação

19.3. Operações com derivativos

Risco de preço de commodities

A Companhia compra açúcar em base contínua uma vez que suas atividades operacionais exigem fornecimento ininterrupto de açúcar para a produção de refrigerante. A fim de proteger-se da volatilidade de preço do mercado internacional desse insumo, bem como daqueles contratados em moedas estrangeiras, a Companhia estabeleceu uma política de gestão de riscos. Todas as operações de contratos a termos e demais instrumentos financeiros derivativos estão em consonância com a política aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia. Qualquer operação no mercado de derivativos possui como único objetivo reduzir a exposição das controladas da Companhia à volatilidade do custo dos insumos de produção. A política de gestão de riscos impede a Companhia e suas controladas de participar de quaisquer operações com derivativos para fins especulativos.

Com o estabelecimento destes contratos espera-se reduzir a volatilidade do preço do insumo (açúcar). Tais contratos pretendem oferecer cobertura contra o risco de volatilidade dos preços de compra do açúcar por um período de até nove meses com base nos contratos de compra existentes. As variações no valor justo dos contratos a termo são reconhecidas na demonstração do resultado em custos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2014, o valor justo dos contratos referentes a essa *commodity* totalizavam um ativo de R\$6.872 (R\$851 em 2013) e um passivo de R\$83.661 (R\$12.229 em 2013). As perdas não realizadas reconhecidas em receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício corrente somaram R\$15.495 (R\$11.378 em 2013). As perdas realizadas em 2014 somaram R\$3.086 (R\$4.829 em 2013).

19.4. Valor justo

O valor justo e valor contábil dos ativos e passivos financeiros não apresentam diferenças para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, contas a receber e a pagar a empresas associadas se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros (Consolidado)--Continuação

19.4. Valor justo--Continuação

- Valores a receber de longo prazo a taxas pré e pós-fixadas são avaliados pela Companhia e suas controladas com base em parâmetros tais como taxas de juros, fatores de riscos específicos de cada país, credibilidade individual do cliente e as características de risco do projeto financiado. Com base nessa avaliação, são constituídas provisões para fazer face a perdas esperadas nesses valores a receber. Em 31 de dezembro de 2014, o valor contábil desses valores a receber se aproxima de seu valor justo.
- O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é estimado através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.

A Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos junto a algumas contrapartes, sobretudo, instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Tais derivativos são avaliados com base em mensuração técnica, bem como, com base em dados observáveis no mercado e referem-se, principalmente, a contratos a termo. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e *swaps*, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo, curvas das taxas de juros e curvas da taxa a termo da *commodity* objeto.

Hierarquia de valor justo

A Companhia e suas controladas utilizam da seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Em 31 de dezembro de 2014, todos os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados com base no "Nível 1" da técnica de avaliação retro mencionada.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

20. Subvenções governamentais (Consolidado)

a) Governo estadual

i) *Estado do Rio Grande do Norte: Real Bebidas*

Em 28 de dezembro de 1999 o Conselho de Desenvolvimento do Estado - CDE aprovou por unanimidade, o enquadramento da Real Bebidas (empresa incorporada pela NRN Comércio de Bebidas Ltda., sendo em seguida incorporada pela Norsa Refrigerantes Ltda. em agosto de 2013) ao PROADI, concedido o incentivo financeiro previsto no artigo 5º inciso I da Lei nº 7.075/97, este relacionado ao financiamento de 75% do ICMS apurado, incidente sobre produtos de fabricação própria, por um período de 10 anos, dos quais três são de carência, não podendo o valor financiado ultrapassar 10% do faturamento do período. Essa subvenção foi renovada em 2013 por mais 10 anos e transferida para a Norsa Refrigerantes Ltda. na incorporação.

ii) *Estado do Piauí: Norsa*

Em julho de 2005, a Norsa obteve a concessão de incentivo fiscal junto ao Governo do Estado do Piauí, relacionado ao ICMS incidente sobre produtos de sua fabricação própria, instituído pelo Decreto nº 11.818, de 14 de julho de 2005, alterado pelo Decreto nº 12.029, de 15 de dezembro de 2005, e nº 12.620, de 06 de junho de 2007, e prorrogado pelo Parecer Técnico nº 044, de 04 de dezembro de 2009. O incentivo tem prazo de 15 anos e corresponde à dispensa de 60% até 31/07/2017 e 50% durante o período de 01/08/2017 a 31/12/2020, do ICMS apurado incidente sobre a parcela do faturamento excedente ao limite mensal estabelecido pelos referidos Decretos.

iii) *Estado do Ceará: Norsa*

As operações no Estado do Ceará gozam de incentivo fiscal até o ano de 2017, através da obtenção de financiamento junto ao Banco Bradesco S.A. Os recursos provêm do Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI, e consistem basicamente no financiamento de 75% sobre a base incentivada do ICMS, com a amortização no prazo de 36 meses. Caso a Norsa liquide o financiamento no prazo previsto, 80% do total financiado reverte-se na forma de incentivos fiscais.

iv) *Estado da Bahia: Norsa*

As operações no Estado da Bahia gozam de incentivo fiscal no âmbito do programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica - DESENVOLVE, para as unidades fabris de Salvador (BA), no período de 01/09/2010 a 30/08/2022 e Vitória da Conquista (BA), no período de 01/08/2010 a 31/07/2022. O programa consiste basicamente no diferimento de 90% do saldo de ICMS devido para pagamento no prazo de 12 meses. Caso a Norsa liquide o financiamento no prazo previsto, 90% do total diferido reverte-se em forma de incentivos fiscais.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

20. Subvenções governamentais (Consolidado)--Continuação

a) Governo estadual--Continuação

v) *Estado do Mato Grosso: CMR*

A Renosa Indústria, incorporada pela CMR em setembro de 2012 - obteve junto ao governo do Estado de Mato Grosso, incentivo fiscal PRODEI - Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado de Mato Grosso, no período de 2002 a fevereiro de 2008. Incentivos concedidos as empresas industriais com a finalidade de fomentar investimentos no Estado. O PRODEI, quando da sua implantação, o sistema de benefício consistia em financiamento de 64,4% do ICMS normal sobre a operação industrial.

Em março de 2008, a Companhia migrou para o PRODEIC, nesta 2ª etapa o benefício fiscal consiste em renúncia fiscal do Estado, sobre o ICMS normal de 82,25% sobre as vendas dentro do Estado e 75% das vendas fora do Estado e renúncia ao aproveitamento de créditos sobre as entradas por parte da Companhia. O prazo de vigência do contrato é de 10 anos contados a partir da assinatura.

vi) *Estado do Maranhão: CMR*

A CMR goza de incentivo fiscal concedido pelo Governo do Estado do Maranhão, até o ano de 2024, incentivo do Sistema de Apoio à Indústria e ao Comércio Exterior do Estado do Maranhão - SINCOEX - Sistema de Apoio à Indústria e ao Comércio Exterior. Esse incentivo é concedido a empresas industriais e agroindustriais, quando de sua implantação, ampliação ou realocação, dentre outras finalidades, e consiste no financiamento de até 75% do valor do recolhimento do ICMS devido, a partir da data da assinatura do contrato de financiamento.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

20. Subvenções governamentais (Consolidado)--Continuação

a) Governo estadual--Continuação

vii) *Estado do Alagoas: CAF e CBA (empresa incorporada pela CMR)*

Em 23 de julho de 2000, a Companhia Alagoana de Refrigerantes - CIAL obteve a concessão de incentivo fiscal, até o ano 2023, relacionado ao ICMS incidente sobre produtos de sua fabricação própria, conforme Resolução CONDIN nº 076/2000 instituída pelo governo do Estado de Alagoas conforme decreto emitido em 04 de setembro de 2000 - PRODESIN. Esse benefício foi transferido para CAF através de um processo de reestruturação societária, onde cindiu os ativos/passivos e benefícios da empresa CIAL para a CAF. Em 15 de agosto de 2000, a CBA (incorporada pela CMR) obteve a concessão de incentivo fiscal, até o ano 2025, relacionado ao ICMS incidente sobre produtos de sua fabricação própria, conforme Resolução CONDIN nº 076/2000 instituída pelo governo do Estado de Alagoas conforme decreto emitido em 04 de setembro de 2000. De acordo com esse incentivo, a Companhia possui créditos presumidos de 50% do ICMS relativo aos produtos da Companhia e o diferimento do ICMS incidente sobre a matéria-prima adquirida no país e no exterior, como também dos bens destinados ao ativo fixo. O saldo devedor terá prazo de carência para um ano, devendo a Companhia proceder com o pagamento findo o prazo de carência em valor equivalente do ICMS dividido em 84 parcelas (sete anos).

viii) *Estado do Pernambuco: Refrescos Guararapes*

A Empresa, por meio de suas unidades instaladas no Estado de Pernambuco, é beneficiária do incentivo fiscal estabelecido no Programa de Desenvolvimento de Pernambuco - PRODEPE. Esse benefício refere-se a crédito presumido de 75% devido sobre o volume de venda de refrigerantes e 57,5% do ICMS incidente sobre o volume de vendas de água, aprovados por Decretos estaduais, com validade até 2016.

ix) *Estado da Paraíba: Refrescos Guararapes*

No caso das unidades situadas no estado da Paraíba, a Empresa faz jus a incentivos de ICMS do FAIN - Fundo de Apoio Industrial que corresponde ao direito a um crédito presumido, sobre o montante das saídas do produto incentivado (Produtos retornáveis produzidos no Estado. Este benefício refere-se a crédito presumido de 54% do ICMS devido sobre o volume de vendas incentivadas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

20. Subvenções governamentais (Consolidado)--Continuação

a) Governo estadual--Continuação

Os financiamentos incentivados, registrados líquidos dos abatimentos recebidos, têm a seguinte composição:

Indexadores	31/12/2014		
	Circulante	Não circulante	Total
Financiamentos no Estado de Alagoas - Prodesin	4.534	32.017	36.551
Ajuste a valor presente incentivos fiscais	(247)	(14.247)	(14.494)
	<u>4.287</u>	<u>17.770</u>	<u>22.057</u>
Financiamentos no Estado do Maranhão	1.644	4.142	5.786
	<u>1.644</u>	<u>4.142</u>	<u>5.786</u>
Financiamentos no Estado do Ceará	9.877	18.069	27.946
Ajuste a valor presente incentivos fiscais	(483)	(2.120)	(2.603)
	<u>9.394</u>	<u>15.949</u>	<u>25.343</u>
Financiamentos no Estado da Bahia	7.325	-	7.325
	<u>7.325</u>	<u>-</u>	<u>7.325</u>
Financiamentos no Estado do Rio Grande do Norte	53	-	53
	<u>53</u>	<u>-</u>	<u>53</u>
	<u>22.703</u>	<u>37.861</u>	<u>60.564</u>
Indexadores	31/12/2013		
	Circulante	Não circulante	Total
Financiamentos no Estado de Alagoas - Prodesin	3.297	30.623	33.920
Ajuste a valor presente incentivos fiscais	(194)	(13.302)	(13.496)
	<u>3.103</u>	<u>17.321</u>	<u>20.424</u>
Financiamentos no Estado do Maranhão	1.431	3.571	5.002
Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	-	-	-
	<u>1.431</u>	<u>3.571</u>	<u>5.002</u>
Financiamentos no Estado do Ceará	8.408	19.368	27.776
Ajuste a valor presente incentivos fiscais	(315)	(1.736)	(2.051)
	<u>8.093</u>	<u>17.632</u>	<u>25.725</u>
Financiamentos no Estado da Bahia	6.304	-	6.304
	<u>6.304</u>	<u>-</u>	<u>6.304</u>
Financiamentos no Estado do Rio Grande do Norte	44	-	44
	<u>44</u>	<u>-</u>	<u>44</u>
	<u>18.975</u>	<u>38.524</u>	<u>57.499</u>

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

20. Subvenções governamentais (Consolidado)--Continuação

a) Governo estadual--Continuação

Os financiamentos incentivados, não circulantes, têm seus vencimentos assim programados:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
2015	-	11.432
2016	13.462	11.945
2017	11.000	2.615
2018	3.807	2.112
2019	9.592	10.420
	<u>37.861</u>	<u>38.524</u>

b) Governo Federal

As controladas indiretas Companhia são beneficiárias de incentivos fiscais de redução do imposto de renda. Esses incentivos possuem alíquotas de reduções de até 75% e prazos de validade de até 10 anos, dependendo do produto e da unidade de fabricação.

Os incentivos são calculados sobre o lucro da exploração decorrente da ampliação e modernização parcial de sua capacidade instalada. Os incentivos fiscais do imposto de renda são reconhecidos mensalmente, no resultado do exercício, na data de sua apuração.

21. Tributos parcelados (Consolidado)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Salário Educação Parcel. Especial	-	259
SESI - Parcel. Especial	-	14
Parcel. Lei nº 11.941 - RFB - Outros	-	3.058
Parcel. Lei nº 11.941 - PGFN - Outros	2.259	14.031
Parcel. Lei nº 11.941 - RFB - Previdenciários	-	1.493
Parcel. Lei nº 11.941 - PGFN - Previdenciários	-	994
	<u>2.259</u>	<u>19.849</u>
Circulante	<u>(106)</u>	<u>(2.055)</u>
Não circulante	<u>2.153</u>	<u>17.794</u>

Em 27 de maio de 2009, através da Lei nº 11.941/09, e pela Medida Provisória nº 470/2009 pela Lei nº 11.941/09, e pela Medida Provisória nº 470/2009, o Governo Federal aprovou o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, que veio a permitir às empresas a oportunidade de regularizar seus débitos mediante um sistema especial de pagamentos e de parcelamentos, das suas obrigações fiscais e previdenciárias existentes até 30 de setembro de 2008.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

21. Tributos parcelados (Consolidado)--Continuação

Em novembro de 2009, a Companhia formalizou a sua opção pelo Programa de Recuperação Fiscal instituído pelo Governo Federal para quitação de impostos e contribuições sociais, atendendo todos os requisitos da referida Lei.

Em 2014, através da Medida Provisória nº 651/2014, o Governo Federal aprovou a utilização de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para a quitação antecipada de débitos parcelados, atendendo a todos os requisitos da referida Medida Provisória. A Companhia formalizou a sua opção para quitação dos impostos e contribuições sociais parceladas utilizando R\$11.640 do prejuízo fiscal de imposto de renda e R\$3.521 da base de cálculo negativa de contribuição social e pagamento à vista no total de R\$12.440.

O montante a pagar no longo prazo tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	2014	2013
2015	-	1.848
2016	155	1.848
2017	155	1.848
2018	155	1.814
2019 em diante	1.688	10.436
	2.153	17.794

22. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (Consolidado)

	Tributárias (a)	Cíveis	Trabalhistas (b)	Total
Saldo de abertura em 01/07/2013	55.923	8.494	155.525	219.942
Provisão/reversão	(1.410)	715	(11.655)	(12.350)
Atualização	156	3.636	751	4.543
Pagamento	(772)	-	-	(772)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	53.897	12.845	144.621	211.363
Provisão/reversão	(12.149)	1.349	(893)	(11.693)
Atualização	309	95	8.971	9.375
Pagamento	-	(157)	(29.462)	(29.619)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	42.057	14.132	123.237	179.426

Quanto aos processos cíveis, as ações se referem essencialmente a danos morais e fundo de comércio.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

22. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

(a) Ações tributárias

Diversas ações tributárias a Administração da Companhia e suas controladas decidiram por constituir provisão para as ações avaliadas como de perda provável conforme detalhado a seguir:

	2014	2013
IPI	-	26.816
Pis/Cofins	17.000	21.581
ICMS	1.090	2.015
INSS	22.189	2.209
Outros	1.778	1.276
	42.057	53.897

(b) Ações trabalhistas

Para as ações trabalhistas, no montante aproximado de R\$194.785 (2013: R\$213.061), a Companhia e suas controladas mantêm depositado judicialmente o valor de R\$90.215 (2013: R\$96.833). Baseada na opinião dos consultores jurídicos, a Administração da Companhia e suas controladas decidiram por constituir provisão para as ações avaliadas como perda provável, no montante de R\$123.237 (2013: R\$144.621).

A Companhia e controladas tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	2014	2013
Tributárias	779.310	424.539
Cíveis	88.269	88.727
Trabalhistas	133.510	114.553
	1.001.089	627.819

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é composto por 396.243.557 ações nominativas ordinárias, todas sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionista	Ações (em milhares)			Percentual no capital	
	Ordinárias	Preferenciais	Totais	Votante	Participação
Refrigerantes do Noroeste Participações S.A.	37.643	-	37.643	9,5%	9,5%
Forsab Investments (Proprietary) Limited	94.164	-	94.164	23,76%	23,76%
Manchioneel Investment Holding S.A.R.L.	28.274	-	28.274	7,14%	7,14%
Holdco O Participações S.A.	198.518	-	198.518	50,10%	50,10%
Callila Investimentos S.A.	37.643	-	37.643	9,50%	9,50%
	396.242	-	396.242	100%	100%

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

23. Patrimônio líquido--Continuação

b) Ajuste reserva legal e para investimentos

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Administração da Companhia propôs a constituição de reserva de retenção de lucros pelo saldo remanescente de lucros acumulados, no montante de R\$146.842 (R\$1.178.043 em 31 de dezembro de 2013) com o objetivo de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos e conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Essa reserva para investimento tem ainda o objetivo de atender obrigações financeiras originadas a partir da captação das debêntures captadas em 2015 conforme Nota 31 de eventos subsequentes. A reserva é composta pela retenção de R\$ 21.000 sobre lucros recebidos acrescidos de 60% do lucro remanescente.

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios, equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, como previsto na Lei nº 6.404/76. A administração consignou nas demonstrações financeiras os dividendos a pagar no montante de R\$48.948 (R\$38.766 em 31 de dezembro de 2013) conforme demonstrado abaixo:

	2014	2013
Lucro do exercício	206.095	870.658
Reserva legal - 5%	(10.305)	(43.533)
Base de dividendos	195.790	827.125
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	48.948	206.781
(-) Exclusão da mais-valia de investimentos	-	(168.015)
Dividendos propostos	48.948	38.766
Quantidade de ações - em milhares	396.242	396.242
Dividendos por lote de mil ações - R\$	0,12	0,10

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

23. Patrimônio líquido--Continuação

c) Dividendos--Continuação

Para o exercício de 2013, devido à mais-valia registrada no resultado do exercício no valor de R\$707.434, o valor calculado de 25% é muito maior do que a capacidade financeira atual da Companhia. Dessa forma, os acionistas decidiram destinar dividendos desconsiderando esta mais valia que não tem efeito caixa e a destinação do montante de R\$168.015 foi lançado na conta de reserva de lucros a realizar de acordo com o art. 197 da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007.

Durante o exercício foram pagos dividendos referente à reserva de lucros e lucros intermediários no valor de R\$34.583 (R\$217.125 em 2013).

24. Receita líquida (Consolidado)

	2014	2013
Receita bruta da venda de produtos	5.293.472	3.328.795
Impostos sobre vendas	(1.093.163)	(748.927)
Bonificação nas vendas de produtos e revendas	(104.047)	-
	<u>4.096.262</u>	<u>2.579.868</u>

25. Despesas com vendas (Consolidado)

	2014	2013
Despesas com vendas	(258.005)	(106.169)
Despesas com marketing	(47.720)	(47.500)
Despesas distribuição	(282.617)	(156.474)
	<u>(588.342)</u>	<u>(310.143)</u>

26. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Serviços de pessoas jurídicas	(7.124)	(3.854)	(7.124)	(58.221)
Despesas com pessoal e encargos	-	-	(108.061)	(142.591)
Despesas de depreciação/amortização	-	-	(17.120)	(27.016)
Despesas com viagens	(40)	(15)	(40)	(1.474)
Reparos de bens e conservação	-	-	(11.653)	(51.055)
Despesas com veículos	-	-	-	(3.045)
Honorários dos administradores	-	-	-	(7.868)
Serviço de terceiros	-	-	(61.096)	(2.749)
Aquisição de combustível	-	-	-	(5.012)
Aluguel	-	-	(8.789)	(7.530)
Outras despesas	(19)	(26)	(70.043)	(22.460)
	<u>7.183</u>	<u>(3.895)</u>	<u>(283.926)</u>	<u>(329.021)</u>

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas financeiras	-	-	-	-
Juros recebidos de mora	-	-	14.667	4.168
Rendimentos de aplicações financeiras	489	327	22.015	23.187
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	-	-	150.165	1.330
Ajuste a valor presente	-	-	1.550	756
Outros	-	-	5.761	2.980
	489	327	194.158	32.421
Despesas financeiras				
Atualização de passivos	-	-	-	(3.349)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(42)	-	(104.159)	(81.458)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	-	-	(183.701)	(17.590)
Juros sobre arrendamento mercantil	-	-	(22.669)	(9.629)
Despesas de tarifas bancárias	(73)	-	(7.455)	(3.897)
Outras	(27)	(68)	(27.485)	(11.505)
	(142)	(68)	(345.469)	(127.428)
Variações monetárias e cambiais	-	-	(56.330)	(3.601)
	347	259	(207.641)	(98.608)

28. Compromissos (Consolidado)

Compromissos de arrendamento mercantil operacional - Norsa e Refrescos Guararapes Ltda. como arrendatária

As empresas contrataram arrendamentos comerciais para determinados veículos motores e maquinários. Esses arrendamentos têm vida média entre três e seis anos, sem previsão contratual para opção de renovação. A contratação desses arrendamentos não sujeita as empresas a restrições.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar sobre arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis em 31 de dezembro estão demonstrados na Nota 14.

Arrendamento mercantil financeiro e compromissos de arrendamento

As controladas Norsa e Refrescos Guararapes Ltda. contratou arrendamentos mercantis financeiros e compromissos de arrendamento para caminhões. Esses arrendamentos possuem prazos determinados de 06 anos, e contemplam opções de compra e cláusulas de reajuste de preço. O exercício da opção de compra fica à opção da entidade que contratou o arrendamento. Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis financeiros e compromissos de arrendamento, juntamente com o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, estão demonstrados na Nota 14.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

28. Compromissos (Consolidado)--Continuação

Compromissos advindos da aquisição de ativos imobilizados

Em 31 de dezembro de 2014, as controladas da Solar.BR tinham compromissos de R\$159.344 (R\$131.113 em 2013), incluindo R\$42.535 (R\$44.004 em 2013) de máquinas e equipamentos, R\$7.122 (R\$25.716 em 2013) de congeladores, R\$67.845 (R\$34.322 em 2013) de edificações e R\$41.842 (R\$27.072 em 2013) relativos a outros.

Garantias

A Companhia e suas controladas forneceram garantias em 31 de dezembro de 2014 e 2013, conforme divulgado nas Notas 5, 14 e 17.

29. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos e contas a pagar a fornecedores e contratos de garantia financeira. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia e suas controladas. As controladas possuem contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Norsa contrata operações de derivativos.

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, bem como conta com o suporte de um Comitê de Auditoria, Finanças e Governança (AF&G) o qual presta apoio ao Conselho de Administração no suporte a tomada de decisões relacionadas a operações financeiras. As principais atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e seus riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e sua disposição para risco. Todas as operações com derivativos têm como objetivo exclusivo minimizar flutuações nos custos de matérias-primas utilizadas no processo de manufatura das controladas. Em paralelo, as transações que envolvem operações de proteção no mercado de derivativos são regidas com base na política de administração de riscos aprovada pelo Conselho de Administração. A política de gestão de riscos impede a Companhia e suas controladas de participar de quaisquer operações com derivativos para fins especulativos.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

29. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, obrigações com arrendamento mercantil, e instrumentos financeiros derivativos.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2014.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida e no índice de taxas de juros fixas em relação às taxas de juros variáveis da dívida.

As seguintes premissas foram adotadas no cálculo das análises de sensibilidade:

- A sensibilidade do balanço patrimonial refere-se a instrumentos financeiros derivativos e instrumentos de dívida disponíveis para venda.
- A sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças assumidas conforme os respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2013.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. Atualmente 34,46% (2013 - 60,17%) dos empréstimos e impostos devidos das controladas são indexados e estão sujeitos a taxas fixas de juros.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

29. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia e sua controlada antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	<u>Aumento/redução em %</u>	<u>Efeito no lucro antes da tributação</u>
2014		
Reais	+20	(22.381)
Reais	-20	22.381
	<u>Aumento/redução em %</u>	<u>Efeito no lucro antes da tributação</u>
2013		
Reais	+20	(13.650)
Reais	-20	13.650

A movimentação presumida em percentual para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado.

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2014, a Empresa não tinha nenhuma operação ativa nem passiva indexada ao dólar, logo, o impacto é nulo no balanço.

Risco de preço de commodities

As controladas Nordeste Refrigerantes S.A., Companhia Maranhense de Refrigerantes e Refrescos Guararapes Ltda. são afetadas pela volatilidade do preço do açúcar. Devido as relevantes variações observadas no preço desta commodity, o Conselho de Administração desenvolveu e implantou uma política de gestão de risco para acompanhar os seus preços, visando mitigar esse risco.

Com base na previsão do fornecimento deste insumo e nas análises do preço atual e tendências futuras, as controladas mantêm cobertura para alguns preços de compra mediante contratos a termo.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

29. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Sensibilidade a preços de commodities

A tabela abaixo apresenta o efeito das variações de preço do açúcar após o impacto da contabilização de *hedge*.

	<u>Variação no preço no final do exercício</u>	<u>Efeito no lucro antes da tributação</u>
2014		
Reais	+15%	(11.518)
Reais	-15%	11.518
	<u>Variação no preço no final do exercício</u>	<u>Efeito no lucro antes da tributação</u>
2013		
Reais	+15%	(33.593)
Reais	-15%	33.593

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. As controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber).

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada no escritório central, estando sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos e análise do histórico do cliente e de sua reputação no mercado. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência e as entregas para os distribuidores autorizados costumam ter garantias reais.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

29. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma evitando concentração em uma única instituição financeira. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia e suas controladas ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 é o valor registrado como demonstrado na Nota 5, com exceção das garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos. A exposição máxima das controladas em relação às garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos está apresentada na Nota 14 e 19.

Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

O objetivo da Companhia e suas controladas é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional.

O percentual da dívida de curto prazo em 31 de dezembro de 2014 é de 24% (2013 - 28%) com base no valor registrado dos empréstimos e financiamentos refletidos nas demonstrações financeiras.

Gestão do capital social

O capital social é dividido exclusivamente em ações ordinárias, pertencentes a três acionistas, representados por pessoas jurídicas.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

30. Cobertura de seguros (Consolidado)

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos, conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas do setor. As coberturas de seguros, por eventos independentes, para cobrir eventuais sinistros em 31 de dezembro de 2014, estão resumidas a seguir:

Coberturas	Valor
Empresarial (a)	1.591.090
Responsabilidade civil geral (b)	5.000
Transporte de cargas (c)	1.250
Danos materiais e corporais	20.000
Responsabilidade civil para administradores	20.000
Lucros cessantes	331.194
Riscos diversos	5.000
	1.973.534

- (a) Visa cobrir riscos com bens do ativo imobilizado, incêndio, raio, explosão, danos elétricos e furtos qualificados.
(b) Visa cobrir quantias pelas quais vier a ser responsabilizada civilmente, em sentença judicial transitada em julgada.
(c) Cobertura de danos eventualmente causados por mercadorias transportadas e por produtos próprios ingeridos por consumidores.

31. Eventos subsequentes

a) Mudança de participação acionária da Solar.BR

Em 05 de janeiro de 2015 foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações, através do qual Coca-Cola Indústrias Ltda. e Recofarma Indústrias do Amazonas Ltda. comprometem-se a alienar e transferir à Renosa Participações S.A. 50.000.000 de Ações de Opção de Compra da Renosa Participações, representativas de 10% da totalidade do capital social da Solar.BR Participações S.A., pelo valor total de R\$515.500. A CCIL e a Recofarma alienaram à Renosa Participações 36.338.290 e 13.661.710 Ações da Opção de Compra 2014, respectivamente.

b) Debêntures

Em 05 de janeiro de 2015, a Companhia captou junto ao mercado R\$563.000 em debêntures com prazo de amortização em 10 anos. As debêntures serão remuneradas à taxa do CDI acrescidas de 2,65% de juros ao ano. As garantias são 10% de ações do capital social de sua investida Solar.BR, associada a um conjunto de obrigações de retenção de lucros.